

Fundação de Sarney contesta deputados

SÃO LUÍS — O diretor executivo da Fundação da Memória Republicana, Aluísio Lobo, contestou ontem a informação de membros da CPI do Orçamento de que a entidade teria recebido Cr\$ 662 milhões de subvenções sociais, através do Ministério da Ação Social. Segundo Lobo, no encontro com os representantes da CPI, deputados Luiz Salomão (PDT-RJ), Moroni Torgan (PSDB-CE) e Pedro Pavão (PPR-SP), ele disse que a fundação tinha recebido a verba do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), do Ministério da Cultura, em 1992, com a finalidade específica de aquisição de equipamentos para montagem de exposição.

Depois de esclarecer que a fundação — criada em fevereiro de 1990 para abrigar o acervo pessoal do ex-presidente e senador José Sarney (PMDB-AP) — está sob a égide da Lei 8.394, que põe sob a proteção do Estado esse tipo de acervo, Lobo informou que entregou aos integrantes da CPI o aviso do IBPC (processo 01450000573/92-71, de 25 de outubro de 1993), que aprova e homologa a prestação de contas dos mesmos recursos:

— A fundação jamais recebeu subvenção, quer do Governo federal, estadual ou municipal. Vive de doações e contribuições de amigos e beneméritos da obra.